

O CURRÍCULO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA ESTADUAL EM UNIÃO DOS PALMARES/ALAGOAS

Givanildo da Silva ¹
Alex Vieira da Silva ²

Resumo

O objetivo da pesquisa é compreender a concepção de currículo presente no projeto político-pedagógico (PPP) de uma escola estadual em União dos Palmares, no estado de Alagoas, tendo como ponto de partida a compreensão de que as reformas instauradas têm intenções que geram impactos no trabalho escolar e na construção de propostas pedagógicas. A metodologia esteve pautada na abordagem qualitativa com ênfase nas pesquisas bibliográfica e documental. Como resultado pode-se perceber que a escola tem em seu PPP a concepção de currículo multicultural, democrático e dinâmico. As sinalizações apontam para práticas que dialogam com perspectivas emancipatórias de educação.

Palavras-chave: Currículo, Política Educacional, Projeto político-pedagógico, Educação Pública.

Introdução

A década de 1990 foi marcada por configurações políticas, sociais, econômicas e educacionais que se desencadeiam até os dias atuais. A Reforma do Estado desenvolvida nos governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC - (1995-2002) teve como princípio estabelecer a política de cunho neoliberal em todos os âmbitos sociais. Nesse cenário, a política neoliberal tem como premissa a efetivação de um Estado mínimo (GENTILLI, 1995), enquanto defende que o Estado seja máximo, ditando as regras, os princípios e as concepções nas esferas sociais.

O Estado neoliberal tem um enfoque na lógica da responsabilização da sociedade civil e viabiliza políticas com a finalidade de estabelecer vínculos entre o mercado e os setores que são de sua responsabilidade, estando centrada nessa dimensão a educação. Por meio das reformas estabelecidas na década de 1990, vem se estruturando nos diferentes governos – Collor de Mello; Itamar Franco; FHC; Luiz Inácio Lula da Silva; Dilma Rousseff; Michel Temer; Jair Bolsonaro – novas configurações para a educação nas quais têm como campos centrais o currículo, a avaliação, a gestão escolar, a formação dos professores e o papel da

¹ Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Colegiado de Licenciatura em Química, Campus Serra da Capivara, givanildopedufal@gmail.com;

² Professor da Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação – curso de Pedagogia, Campus A.C. Simões - Maceió, alexpedufal@gmail.com;

escola pública para responder satisfatoriamente aos anseios do projeto político e social pensado na estrutura macro, tendo como protagonistas as agências internacionais, os empresários, os representantes políticos, estando alheio a essa discussão os trabalhadores e a sociedade civil.

De acordo com Candau (2008), a Constituição Federal de 1988 apresenta a educação pública como direito a ser garantido pelo Estado. No entanto, a pesquisadora alerta que por meio das novas configurações políticas instauradas de cunho neoliberal, a educação pública está sendo sutilmente retirada do âmbito legal como direito e transferida para o enfoque do mercado e dos negócios. Para Candau (2008), o direito está assegurado aos cidadãos que tiverem condições de poder de compra, princípio central do sistema capitalista.

A característica apresentada por Candau (2008) possibilita refletir sobre os riscos que a escola pública está sofrendo em decorrência das políticas desencadeadas desde a década de 1990, articulando-se com os projetos societários dos diferentes governos. A luta pela escola pública é uma pauta dos movimentos sociais, dos educadores e dos profissionais da educação, uma vez que todas as conquistas alcançadas no âmbito educacional estiveram centradas nas tensões e nos conflitos.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa é compreender a concepção de currículo presente no projeto político-pedagógico (PPP) de uma escola estadual em União dos Palmares, no estado de Alagoas, tendo como ponto de partida a compreensão de que as reformas instauradas têm intenções que geram impactos no trabalho escolar e na construção de propostas pedagógicas.

O texto está estruturado em três partes que se completam, além da introdução e das considerações finais. Na primeira apresenta-se uma discussão sobre currículo e suas potencialidades para a apropriação do conhecimento. Na segunda parte, dialoga-se sobre o currículo prescritivo e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), resultado das políticas contemporâneas. E, por fim, reflete-se sobre a concepção de currículo escolar a partir da proposta presente no PPP de uma escola estadual em União dos Palmares, no estado de Alagoas.

Metodologia

A abordagem qualitativa foi o caminho metodológico desenvolvido no estudo, tendo as pesquisas bibliográfica e documental como planos de fundo para alcançar os objetivos propostos, as quais contribuíram para a compreensão das principais sistematizações presentes PPP sobre a concepção de avaliação da aprendizagem.

A revisão da Literatura foi compreendida como “o referencial teórico de um pesquisador pelo qual ele enxerga a realidade, sugerindo perguntas e indicando possibilidades” (LUNA, 2000, p. 32). Essa foi uma importante parte da pesquisa a ser desenvolvida, uma vez que o levantamento de discussões sobre a temática em questão seria a melhor estratégia para o início das problematizações.

A análise documental foi relevante, pois por meio dela foi possível fazer reflexões sobre o objeto de estudo. Na visão de Fonseca (2002, p. 32), a pesquisa documental “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc”.

O currículo e suas potencialidades para a apropriação do conhecimento

A educação é um campo de lutas (APPLE, 2001) que se realizam por meio dos embates entre os diferentes grupos que estão na arena educacional. Assim, o currículo é resultado das forças estabelecidas na construção de um modelo de sociedade. De acordo com Luckesi (1994), dois campos conceituais podem ser analisados no processo da construção de modelos sociais. São eles, a reprodução e a transformação.

O modelo social de reprodução é tido como um movimento que tenta estabelecer a ordem, o progresso e a reprodução das classes sociais por meio das dimensões sociais, destacando-se a educação. Althusser (1980) destaca que o Estado tem o papel de legitimar práticas com a finalidade de que o modelo político e social permaneça sem alterações. Para isso, segundo o autor, existem os Aparelhos Ideológicos dos Estado (AIE) – Escola, Igreja, Forças Armadas, mídia – que contribuem para o processo de reprodução.

Assim, tendo como objetivo central a reprodução social, a escola contribui, por meio de suas estruturas organizativas e as correlações de forças travadas no âmbito da política educacional, para que as práticas educativas sejam pautadas em situações que não levem a reflexão, a conscientização e a possibilidade de emancipação política. Nesse sentido, o currículo escolar e a avaliação da aprendizagem são legitimados por ações de caráter conteudistas nas quais os estudantes são receptores do conhecimento e devem reproduzi-los nas avaliações.

O modelo social da transformação apresenta em suas bases epistemológicas a mudança de pensamento dos estudantes para a compreensão da realidade, dos aspectos políticos e sociais, da emancipação individual e coletiva. Luckesi (1994), desenvolve argumentos de que essa concepção é viabilizada por meio da tendência Crítico-social dos

Conteúdos, defendendo que os estudantes devem se apropriar dos conteúdos para a partir deles ter conhecimentos para discutir, questionar e lutar por mudanças sociais e políticas.

No âmbito da escola essas sinalizações se apresentam por meio das propostas pedagógicas centradas na experiência coletiva, na construção de itinerários formativos que tenham como epicentro a realidade dos estudantes, partindo para o conhecimento de novos horizontes. Nessa dimensão, o currículo, a avaliação da aprendizagem e o planejamento são aspectos didático-pedagógicos vivenciados em uma percepção coletiva, sendo os profissionais da educação os principais interlocutores do processo de construção.

O currículo escolar pautado na possibilidade do modelo social de transformação está centrado no estudante, em suas múltiplas visões de mundo e de cultura, na preocupação do coletivo, tendo enfoque político nos interesses da classe trabalhadora. A escola valoriza as experiências, o debate e a troca de ideias vivenciando um currículo vivo e dinâmico.

Por meio do debate apresentado por Luckesi (1994), pode-se perceber que o currículo não é neutro e tem diferentes perspectivas, a depender da concepção que é instaurada e do projeto de sociedade que se pretende construir. Dessa forma, cabe levantar a discussão sobre o currículo e suas repercussões no processo de apropriação do conhecimento.

Na visão de Candau (2008), o currículo é o coração da escola. Esse, por sua vez, é entendido como o conjunto de todas as práticas educativas realizadas pela escola, cujas intenções são planejadas ou não. É importante compreender o currículo como a dimensão educacional que é vivenciada por todos os segmentos, portanto, todos devem participar do seu processo de discussão e de elaboração.

Arroyo (2008) destaca que o currículo deve ser construído pensando na promoção humanística dos estudantes, tendo em suas ações práticas que dialoguem com suas culturas, conteúdos que façam sentido com a sua vivência, fazendo-os respeitar diferentes percepções e realidades. O currículo nesse enfoque é multicultural, democrático e dialógico, uma vez que não exclui e não silencia as vozes, as histórias e as culturas dos diferentes povos.

Pensar em perspectivas que vislumbrem o currículo dialógico e democrático contribui para a formação integral dos estudantes, fazendo com que se sintam parte do processo educativo e estejam inseridos nas práticas escolares, uma vez que compreende-se a escola como espaço de vivo, dinâmico, aberto, favorecendo múltiplas apropriações de saberes e conhecimentos.

Na visão de Sacristán (2003), o currículo deve estar vinculado ao PPP da escola para direcionar as atividades desenvolvidas com a finalidade de construir projetos educativos centrados na proposta da escola, favorecendo os encaminhamentos políticos, sociais e

educacionais a partir da especificidade do público atendido e dos desafios postos no cotidiano. Nessa dimensão, a concepção de educação que possibilita a vivência de um currículo dinâmico, flexível e participativo é a educação emancipatória que compreende a educação como um campo em construção, pautado em uma perspectiva participativa. Por meio dessa lógica, a participação ativa de todos os profissionais, a abertura da escola para a comunidade e para o protagonismo dos estudantes favorece a vivência de um currículo multicultural e democrático.

Para Silva (1999), o currículo é o espaço no qual se concentram interesses políticos e sociais, despertando a vivência de um modelo social pautado pelas configurações macro e ressignificadas no âmbito escolar. Defende-se que a escola é o espaço de troca de experiências, de construção de saberes, de vivências coletivas, congregando diferentes possibilidades de apropriação do conhecimento.

A perspectiva defendida está em risco, uma vez que as políticas educacionais inseridas nas escolas públicas são pautadas em prescrição, verticalização e desconhecimento da realidade escolar, objetivando padronizar os saberes e as experiências.

Currículo prescritivo e a Base Nacional Comum Curricular: descaminhos educacionais

As reformas desencadeadas na América Latina são frutos das aspirações neoliberais e no campo da educação o enfoque está centrado no currículo, na avaliação da aprendizagem, na gestão escolar, na formação dos professores com a finalidade de instaurar alternativas para a concretização do projeto social defendido pelos organismos internacionais e pelos empresários.

Na concepção de Freitas (2014), as reformas educacionais têm em suas bases epistemológicas o discurso da qualidade, compreendida em uma perspectiva quantitativa, alcançada nos testes e nas avaliações em larga escala. Assim, para direcionar as ações educacionais, cabe ao Estado prescrever itinerários formativos e alinhar todas as dimensões educacionais aos objetivos do projeto de sociedade.

A primeira questão que cabe destacar é o caráter mínimo apresentado no currículo prescritivo, assim como a concepção de Estado. O currículo prescritivo é fragmentado e planejado por especialistas, consultores e empresários que não conhecem o campo educacional, a escola pública e os seus desafios. O processo de construção do currículo prescritivo exclui do planejamento educacional/ escolar os principais atores que lidam com o ensino e a aprendizagem.

Para Arroyo (2008), a prescrição do currículo é resultado da lógica do mercado no espaço educacional, enfatizando a relação de poder, da reprodução e da exclusão. Nesse cenário, os saberes escolares são homogeneizados, descaracterizando culturas, realidades e espaços educativos. Essa perspectiva se estende para a avaliação da aprendizagem que é compreendida como classificatória, sendo a avaliação em larga escala os principais instrumentos para a seleção dos saberes e das práticas educativas. Para Freitas (2014), o processo de ensino e de aprendizagem são pautados no treinamento e na mecanização do conhecimento.

A formação dos professores se dar por meio de consultores que “ensinam” fórmulas mágicas para serem trabalhadas, descaracterizando as vivências e as experiências da comunidade escolar. O professor, nessa lógica, é um técnico que tem a função de apenas reproduzir o que está posto nas apostilas sem nenhuma reflexão, pois os testes das avaliações em larga escala não se propõem a essa situação.

A gestão escolar é outra dimensão afetada nesse campo de conflitos e dos embates, uma vez que tem a função de gerenciar todo o processo mercadológico. A cobrança por resultados, eficiência e eficácia dos professores e estudantes, a concretização de estratégias para que a escola melhore a sua “qualidade” passa a ser a preocupação central, desvirtuando a gestão participativa, o PPP e as experiências escolares.

Assim, tendo o lógica da prescrição como dimensão norteadora da organização educacional, o Brasil elaborou a sua prescrição curricular por meio da BNCC. Essa foi apresentada para a sociedade brasileira, em sua primeira versão, em 2015, ainda no segundo governo de Dilma Rousseff. Após algumas críticas passou por um novo processo de reformulação e concretizada a segunda versão foi publicizada para a apreciação da comunidade escolar e científica.

Ao assumir o poder, após a consolidação do golpe em 2016, Michel Temer exonerou a equipe responsável pela construção e sistematização da BNCC e formou uma nova equipe, a qual teve o papel de rever a BNCC, de modo de respondesse ao projeto de sociedade de cunho mercadológico, sem a participação da sociedade. Em 2017 foram aprovadas a BNCC da educação infantil e do ensino fundamental, em 2018 a BNCC para o ensino médio, pautada na reforma do ensino médio, estabelecida por esse governo sem a participação e aprovação da sociedade civil.

Na visão de Cássio (2018), a BNCC é um retrocesso educacional construído em um campo complexo e em uma correlações de forças instauradas pelo papel do Estado em implementar políticas públicas. O autor afirma que a BNCC está ancorada no princípio

mercadológico, o qual compara a educação ao mercado, a escola a uma empresa e os estudantes e os seus familiares os clientes, desvirtuando o sentido da educação e a função social da escola pública.

O currículo posto na BNCC é homogeneizador e conteudista, resultado do currículo prescritivo defendido pela política neoliberal. Essa perspectiva reduz os saberes e as experiências a apenas conteúdos que devem ser reproduzidos pelos estudantes, vinculando currículo (conteúdo) à avaliação (testes padronizados e pontuais). Esse currículo nacional é resultado das lutas e tensões nos projetos de sociedade que são expressos nas múltiplas dimensões sociais. Nessa lógica, Ball (2013) destaca que diferentes forças e grupos estão no processo de organização político e social direcionando concepções, políticas e práticas.

Desse modo, a BNCC está sendo posta em prática por diversas redes de ensino estaduais e municipais do país, as quais estão reproduzindo o currículo prescritivo como dimensão de cunho educacional, sem nenhuma reflexão dos interesses que estão por trás dessa política curricular. Para Silva (2015), a educação é um campo em construção e requer caminhos, alternativas e possibilidades. No entanto, o modo como as políticas estão sendo desencadeadas desde a Reforma do Estado na década de 1990 não favorece a participação defensores da escola pública, isso porque nas correlações de forças instauradas no contexto do planejamento escolar, os empresários e seus defensores têm mais força, especialmente por ser representados e legitimados pelo Estado.

Estudiosos do currículo (SACRISTÁN, 2006; CANDAU, 2008; ARROYO, 2008; SILVA, 1999) apresentam que o currículo prescritivo não evidencia a autonomia da comunidade escolar, mas favorece a concretização de um modelo social que reproduz interesses, excluindo os já excluídos na oferta de uma educação pobre para os pobres. Cabe refletir que o currículo prescritivo descaracteriza uma educação emancipatória, democrática e inclusiva, impossibilitando a formação integral dos estudantes que pode contribuir para a transformação social.

A concepção de currículo no projeto político-pedagógico de uma escola estadual em União dos Palmares

A proposta pedagógica de uma escola está ancorada aos princípios e concepções construídos pela comunidade escolar, na perspectiva de direcionar práticas e projetos. Assim, o paradigma de currículo, de planejamento, de avaliação e de gestão escolar faz parte do processo de organização do ato político e pedagógico, pois se entende a educação como um

campo complexo (APPLE, 2003) e em construção (SILVA, 2015), logo é necessário que as proposições educacionais estejam pautadas em experiências que são ressignificadas pela comunidade escolar e local.

A escola cujo PPP foi analisado fica localizada no interior do estado de Alagoas, no município de União dos Palmares. A população do município, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010, era de 62.358 habitantes. União dos Palmares é conhecida como a cidade em que foi travada a maior luta por liberdade no país, o Quilombo dos Palmares, por Zumbi.

O espaço físico da escola é composto por 6 salas de aula, 1 pátio coberto, 1 cozinha, 4 banheiros, 1 sala de professores e 1 laboratório de informática. No que se refere aos recursos humanos, a escola conta com 13 professores efetivos e 12 contratados, 1 coordenador pedagógico, 1 agente administrativo, 1 secretário escolar, 3 merendeiros, 3 auxiliares de serviços gerais e 5 vigilantes.

No PPP da escola está posto que:

O currículo é formado pela Base Nacional Comum, complementada por uma parte diversificada. Tendo assegurado o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, desenvolvidos por meio de conteúdos que garantam o reconhecimento e a igualdade de valorização das raízes africanas, através de competências que busquem a consolidação da democracia brasileira. Isso acontece em específico nas disciplinas de História, Ensino Religioso e Língua Portuguesa, como também em projetos didáticos (PPP, 2018, p. 23).

As proposições sinalizadas estão de acordo com a CF de 1988 e a LDB/1996 que apresentam a defesa da importância do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, como dimensão peculiar da educação brasileira. O currículo escolar que pauta-se nessa premissa respeita os dispositivos legais e aponta para a importância de um currículo interdisciplinar e pluricultural, tendo como campo de discussão a diversidade cultural e política.

Na visão de Gomes (2008), os estudantes são sujeitos centrais da ação educativa e são eles que apresentam a diversidade cultural e sinalizam as indagações para o currículo. Assim, esse é um movimento que vai além do pedagógico, configurando-se, portanto, em um campo político. Percebe-se que o PPP da escola em análise está coerente com as manifestações de vivência de uma dinâmica curricular que tem a diversidade política, cultural, social e educacional no centro das práticas educativas, isso porque “há uma nova sensibilidade nas escolas públicas, sobretudo, para a diversidade e suas múltiplas dimensões na vida dos sujeitos. Sensibilidade que vem se traduzindo em ações pedagógicas de transformação do

sistema educacional em um sistema inclusivo, democrático e aberto à diversidade” (GOMES, 2008, p. 27).

Sobre a organização curricular da escola, está registrado no PPP que:

Procuramos organizar o currículo de maneira contextualizada, tentando implantar o que a legislação exige e adequar às necessidades educacionais do aluno. A Matriz Curricular é enviada pela Secretaria Executiva de Educação do Estado de Alagoas (PPP, 2018, p. 19).

Percebe-se no registro do PPP duas questões que merecem destaques. A primeira refere-se a contextualização do currículo escolar a partir da realidade em que os estudantes estão inseridos, bem como às necessidades desses. Esse aspecto merece atenção uma vez que as práticas educativas devem estar em consonância com a realidade local e o currículo é o percurso pelo qual os diferentes atores vivenciam as ações planejadas, de modo de alcancem os objetivos propostos.

A segunda questão aparenta gerar uma contradição, especialmente porque, de acordo com o registro do PPP, a matriz curricular é enviada pela Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. É preciso ter cautela nessa ação para não gerar uma concepção de currículo prescritivo, o qual segue os caminhos planejados pelos técnicos da secretaria. Defende-se que a matriz curricular seja realizada por todos os segmentos no âmbito do planejamento macro e encaminhada às escolas para que cada uma, do seu modo, por meio da sua realidade, elabore o seu currículo, dialogando com as peculiaridades locais.

Nesse sentido, as reflexões que se podem estabelecer por meio das questões levantadas são: Até que ponto as escolas têm autonomia para desenvolver seu currículo? Como são construídas as propostas curriculares nas escolas? Quais as limitações e as possibilidades das escolas no processo de vivência de um currículo cultural, dinâmico e flexível? Essas sinalizações contribuem para a reflexão de que a experiência de vivência de um currículo fruto de um processo democrático tem entraves e necessita de diálogo para a superação de suas limitações.

Cabe pensar o currículo como um conjunto de práticas em que significados são construídos, rejeitados e compartilhados, destacando-se a visão e a concepção de sociedade, de mundo, de escola e de educação dos envolvidos na elaboração de uma proposta curricular. O PPP da escola em análise apresenta que:

Trabalhamos com o currículo oficial, mas somos obrigados, obviamente, a trabalharmos com o currículo real onde consideramos as situações vividas na escola e nas salas de aula. Não detectamos o uso do currículo oculto, onde o aluno tem uma aprendizagem não-formal, espontânea, resultado das relações vividas na família, na comunidade, na mídia (PPP, 2018, p. 24).

As propostas oficiais de currículo, geralmente, são contruídas em gabinetes por técnicos que, na maioria das vezes, não conhecem a realidade da escola pública, mas têm pretensões para com ela, por meio de interesses. É nesse conjuntura que Ball (2008), aponta que as práticas educativas se produzem a partir de uma complexa cadeia de relações e significações, as quais estão imersas em uma visão de mundo e de um projeto social.

A defesa no PPP pela valorização da experiência, das ações cotidianas vivenciadas pelos estudantes e demais profissionais pode ser traduzida pela concretização da educação como direito de todos, tendo o currículo escolar como dimensão para legimitar os saberes e as experiências individuais e coletivas, sendo a escola o espaço de produção e de socialização de culturas, de saberes e de conhecimentos.

Da mesma forma, é importante fazer referência ao currículo oculto como dimensão presente nos rituais, nas práticas pedagógicas, nas regras, nos procedimentos, enfim nas diferentes configurações que dinamizam o ato político-pedagógico da educação. O registro do PPP destaca que não está presente no currículo escolar o currículo oculto, no entanto, cabe sinalizar que esse se faz presente e direciona as crenças, os valores e as formas de organização no cotidiano das escolas.

Ainda sobre o currículo e suas concepções postas no PPP da escola é apresentado:

Nossa escola já vem refletindo sobre o seu currículo. Compreendemos que para a aprendizagem acontecer, o conhecimento deve ser significativo e o professor tem grande significação nesse processo. Sempre estamos discutindo sobre aprendizagem, da importância que a mesma tem no processo educativo. Várias são as dificuldades nesse processo de construção, desde a interação da família até o sistema educacional (PPP, 2018, p. 26).

As ações apresentadas são importantes, pois pode-se analisar que a perspectiva apresentada visa à humanização e a relação dialógica entre os envolvidos. Assim, defende-se que a educação e o currículo escolar sejam pautados em experiências que contribuam para a formação humana por meio de práticas dinâmicas, reflexivas, inclusivas e democráticas. A ação de estar aberta para análises do processo de ensino e de aprendizagem, como sinaliza o PPP, favorece para a compreensão de que o currículo escolar estar a serviço da diversidade, da inclusão e da coletividade.

De um modo geral, é preciso perceber que o currículo escolar é produzido pelos profissionais da educação, pelos estudantes e pela comunidade escolar. Assim, é importante ver a escola como campo de debates, de diálogos e de construção de saberes, sendo vivenciados na concepção da participação e na politização dos envolvidos, pois a prática escolar é viva, política e dinâmica e o currículo também deve ser...

Considerações Finais

Os riscos atuais que a educação/escola pública está vivenciando são enormes. As configurações políticas desde a década de 1990 possibilitaram que a educação não fosse um espaço para todos, mas dos melhores e para os melhores, por meio da competição, da exclusão e da lógica empresarial.

É válido finalizar essa reflexão destacando o caráter da perda da educação como direito. De acordo com Candau (2008), sutilmente esse direito está sendo desconsiderado, contribuindo para conclusões de que, em um futuro próximo, a escola pública também poderá ser desconsiderada pela política educacional. O cenário está posto e a arena política demarcada! No entanto, é preciso resistir e lutar por melhores condições de trabalho, valorização docente, políticas educacionais que tenham a escola pública como espaço democrático e participar defendendo o lugar que possibilita construções de saberes, ou seja, a escola.

Como resultado da análise da concepção do currículo no PPP da escola, pode-se perceber que a escola tem a concepção de currículo multicultural, democrático e dinâmico. As sinalizações apontam para práticas que dialogam com perspectivas emancipatórias de educação, cujo objetivo é a formação integral dos envolvidos.

Cabe registrar que o debate está aberto e pesquisas empíricas no “chão” da escola se fazem necessárias para dialogar com a proposta pedagógica e perceber até que ponto a concepção de currículo está sendo vivenciada pelos profissionais e estudantes. Esse diálogo é relevante para confirmar se as estratégias postas são evidenciadas pelos partícipes e se a práxis pedagógica e o ato de educar são condizentes com os processos legitimadores da identidade escolar, no caso, o projeto político-pedagógico.

É necessário defender um currículo dinâmico, construído coletivamente, no qual contribua com a formação integral dos estudantes. A construção dos saberes deve ser coletiva, o currículo multicultural, a escola democrática, a avaliação processual, o planejamento coletivo e as lutas diárias na arena política e educacional. Desse modo é possível construir uma escola/educação emancipatória pautada no coletivo e na transformação... Eis, portanto, o desafio!

Referências

ALAGOAS. **Projeto político-pedagógico**. Escola Estadual Dr. Jorge de Lima, União dos Palmares, 2018.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa, Editorial Presen-ça, 1980.

APPLE, M. **Política Cultural e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

ARROYO, M. **Indagações sobre o currículo**: educandos e educadores – seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.

BALL, S. J. Performatividade, Privatização e o Pós-Estado de bem Estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, Set./Dez. 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (1996)**. Biblioteca Digital da câmara dos deputados. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 37, p. 45-56 jan./abr. 2008.

CÁSSIO, F. L. Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 239-253, jul./out. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014.

GENTILI, P. O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, N. L. **Indagações sobre o currículo**: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUNA, S. V. O falso conflito entre tendências metodológicas. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2000.

SACRISTAN, J. G. **O aluno como invenção**. Madrid: Morata, 2003.

SILVA, G. **O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo da descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2015. 136 p.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.